

L E I N° 1.716/90

Data: 14 de dezembro de 1990.

Súmula: Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e cria o Conselho Municipal, o Fundo Municipal, o Fundo Municipal e o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos direitos da criança e do adolescente e as normas gerais para a sua adequada aplicação.

Art. 2º - O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Bandeirantes será feito através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º - As ações a que se refere o “caput” deste artigo serão implementadas através de:

- I – políticas sociais básicas;
- II – políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitarem;
- III – serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- IV - serviços de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos;
- V – proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º- O atendimento dos direitos da criança e do adolescente, para efeito de agilização, será efetuado de forma integrada entre órgãos dos Poderes Públicos e a Comunidade.

Art. 3º - Aos que dela necessitarem será prestada a assistência social, em caráter supletivo.

Parágrafo Único - É vedada a criação de programas de caráter compensatório da ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas no Município sem a prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

TÍTULO II

POLÍTICA DE ATENDIMENTO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 4º - A Política de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente será garantida através das seguintes estruturas:

- I – Conselho e Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II – Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SEÇÃO I

Da criação e natureza do Conselho

Art. 5º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como órgão normativo, consultivo, deliberativo, controlador e fiscalizador das ações em todos os níveis, vinculado ao Gabinete do Prefeito, da estrutura organizacional do Governo Municipal.

SEÇÃO II

Da Competência do Conselho

Art. 6º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I – Formular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, a captação e a aplicação de recursos;

II – Zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos Adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança, e dos bairros ou zona urbana ou rural em que se localizem;

III – Formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do Município, em tudo que se refira ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

IV – Estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização das ações governamentais e não-governamentais dirigidas à infância e à adolescência no âmbito do Município, que possam afetar as suas deliberações;

V – Registrar as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente que mantenham programas de:

a) orientação e apoio sócio-familiar;

b) apoio sócio-educativo em meio aberto;

c) colocação sócio-familiar;

d) abrigo;

e) liberdade assistida;

f) semi-liberdade;

g) internação, fazendo cumprir as normas previstas no Estado da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90).

VI – Regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e a posse dos membros do Conselho Tutelar do Município.

VII – Dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder licenças aos mesmos, nos termos do respectivo regimento e declarar vago o mandato por perda deste, nas hipóteses previstas nesta Lei.

SEÇÃO III

Da Estrutura Básica do Conselho

Art. 7º - O Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente é formado de 10 (dez) membros, evidenciados por notória honestidade e dedicação às causas sociais do Município, sendo composto paritariamente de:

I – 5 (cinco) membros integrantes do sistema de Administração Pública, atuante no Município, indicados pelos seguintes órgãos:
Fundação Legião Brasileira de Assistência – L.B.A.
Coordenação Municipal do Programa do Voluntarismo do Paraná – PROVOPAR.

Serviço de Obras Sociais de Bandeirantes – SOS
Centro Social Urbano
Câmara Municipal

II – 5 (cinco) membros indicados pelas seguintes organizações representativas da participação popular:

Lar da Criança “Dr. Bezerra de Menezes”
Associação Estrela de Bandeirantes
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bandeirantes – APAE
Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual “Nóbrega da Cunha”.

Parágrafo Único – A fim de assegurar continuidade nos trabalhos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente elegerá dentre os membros indicados, pelo quórum mínimo de 2/3, o Presidente, o Vice-Presidente, os 1º e 2º Tesoureiros.

Art. 9º - A função do membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

SEÇÃO IV

Do Mandato dos Conselheiros

Art. 10 – Os Conselheiros terão mandato de 03 (três) anos, permitida uma recondução por igual período.

§ 1º - O mandato dos Conselheiros e respectivamente suplentes indicados pelos Órgãos Públicos será cumprido pelo Titular, que o poderá, automaticamente, ao deixar o cargo.

§ 2º - O mandato dos Conselheiros e respectivos suplentes, indicados pelas instituições não governamentais será cumprido pelo Titular, que o perderá automaticamente, ao deixar a Instituição.

§ 3º - Em caso de vaga, o Suplente completará o mandato do substituído.

§ 4º - O mandato dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será considerado extinto antes do término, nos seguintes casos:

- a) morte;
- b) renúncia;
- c) ausência injustificada por mais de 5 (cinco) reuniões consecutivas;
- d) doença que exija o licenciamento por mais de 2 (dois) anos;
- e) procedimento incompatível com a dignidade das funções;
- f) mudança de residência do Município.

SEÇÃO V

Das Reuniões

Art. 11 – Do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente reunir-se-á na forma e periodicidade estabelecidas em Regimento Interno.

SEÇÃO VI

Do Funcionamento do Conselho

Art. 12 – O Poder Público providenciará as condições materiais e os recursos necessários ao funcionamento do Conselho.

Parágrafo Único – A forma de funcionamento, local, horário e outras especificações, serão estabelecidas em Regimento Interno.

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SEÇÃO I

Da Criação e natureza do Fundo

Art. 13 – Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual é vinculado.

SEÇÃO II

Da Constituição e Gerência do Fundo

Art. 14 - O Fundo se constitui de:

- a) Dotações orçamentárias;
- b) Doações de entidades nacionais e internacionais governamentais voltadas para o atendimento dos Direitos a Criança e do Adolescente;
- c) Doações de pessoas físicas e pessoas jurídicas;
- d) Legados;
- e) Contribuições Voluntárias;
- f) Os produtos das aplicações dos recursos disponíveis;
- g) O produto de vendas de materiais, publicações em eventos realizados.

Art. 15 – O Fundo será gerido pelo Presidente do Conselho Municipal em conjunto com o Tesoureiro, ficando responsável pelas prestações de contas e apresentação de balanços, na forma estabelecida em Regimento Interno.

SEÇÃO III

Da Competência do Fundo

Art. 16 – Compete ao Fundo Municipal:

- I – Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado ou pela União;
- II – Registrar os recursos captados pelo Município através de convênios, ou por doações ao Fundo;
- III – Manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas ao efeito no Município, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV – Liberar os recursos a serem aplicados em benefício das crianças e adolescentes, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V – Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO IV

Do Conselho Tutelar

SEÇÃO I

Da Criação e natureza do Conselho

Art. 17 – Fica criado o Conselho Tutelar como órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos em lei.

SEÇÃO II

Dos membros e da competência do Conselho

Art. 18 - O Conselho Tutelar será composto de 5 (cinco) membros com mandato de três anos, permitida uma reeleição.

Art. 19 – Para cada Conselheiro, haverá um suplente.

Art. 20 – Compete ao Conselho Tutelar zelar pelo atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, cumprindo as atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO III

Da Escolha dos Conselheiros

Art. 21 – São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

I – reconhecida idoneidade moral;

II – idade superior a 21 anos;
III – residir no Município;
IV – reconhecida experiência no trato com crianças e adolescentes;

Art. 22 – Os Conselheiros serão eleitos pelo voto facultativo dos cidadãos do Município, em eleições regulamentadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e coordenadas por Comissão especialmente designada pelo mesmo Conselho.

Parágrafo Único - Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a composição de chapas, sua forma de registro, forma e prazo para impugnações, registro das candidaturas, processo de escolha, proclamação dos eleitos e posse dos Conselheiros.

Art. 23 – O processo eleitoral de escolha dos membros do Conselho Tutelar será presidido pelo Juiz Eleitoral e fiscalizado pelo representante do Ministério Público na Comarca.

SEÇÃO IV

Do exercício da função e da remuneração dos Conselheiros

Art. 24 – O exercício efetivo da função de um Conselheiro será gratuito, constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até julgamento definitivo.

Art. 25 – O Poder Público providenciará as condições materiais e os recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar.

Parágrafo Único – O Conselho, pela unanimidade dos seus membros, estabelecerá forma e horário de funcionamento, no local a ser cedido pelo Poder Público.

SEÇÃO V

Da perda do mandato e dos impedimentos dos Conselheiros

Art. 26 – O mandato dos membros do Conselho Tutelar será considerado extinto, antes de seu término, nos seguintes casos:

a) morte;

- b) renúncia;
- c) ausência injustificada por mais de 5 (cinco) reuniões consecutivas;
- d) doença que exija o licenciamento por mais de 2 (dois) anos;
- e) mudança de residência do Município.

Parágrafo Único – Verificada a hipótese prevista neste artigo, o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente declarará vago o mandato do Conselheiro, dando posse mediata ao suplente.

Art. 27 – São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendente e descendente, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhado, tio e sobrinho, padrasto ou madrastra e enteado.

Parágrafo Único – Estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judicial e ao representante do Ministério Público na Comarca.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28 – As entidades não governamentais deverão reunir-se em assembléia para escolher seus representantes que, no prazo de 30 (trinta) dias após a promulgação da Lei, indicarão os membros efetivos e suplentes para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 29 – No prazo de 15 (quinze) dias, os membros dos órgãos e organizações a que se refere o artigo 7º reunir-se-ão, no recinto da Câmara Municipal desta cidade, em dia e hora que designarem, onde, pela forma que deliberarem, tomarão posse no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, data em que será instalado oficialmente.

Art. 30 – Após 30 (trinta) dias da instalação, os Conselheiros deverão elaborar o Regimento Interno e elegerem, entre seus pares, o Presidente e o Vice-Presidente e demais membros que se fizerem necessários, bem como seus suplentes.

Art. 31 – No prazo de 15 (quinze) dias, o Conselho Municipal procederá à composição de chapas, referidas no Parágrafo Único do art. 22, que concorrerão à eleição para o Conselho Tutelar do Município.

§ 1º - A eleição será convocada em data a ser designada pelo Conselho Municipal e será presidida pelo Juiz Eleitoral com fiscalização do Ministério Público.

§ 2º - Os membros eleitos serão proclamados e empossados em seguida pelo Juiz Eleitoral.

Art. 32 – Enquanto não instalados o Conselho Tutelar, as atribuições a ele conferidas serão exercidas pela Autoridade Judiciária.

Art. 33 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 14 de dezembro de 1990.

José Fernandes da Silva
Prefeito Municipal